

As relações entre técnicos e agricultores no interior dos assentamentos rurais

Marcos Antônio Alves de Lima¹

Nos anos 90 observou-se uma gradual mudança no tratamento dado pelo Governo Federal para agricultura familiar. Uma série de instrumentos e políticas públicas são criadas para atender as necessidades desta. O próprio Governo reconhece que os agricultores familiares estiveram relegados a um segundo plano desde os anos 60. Dessa forma, o discurso governamental começa levar em consideração o tema como prioritário para o desenvolvimento rural. Um marco desta mudança é a criação do PRONAF. Porém a criação de programas específicos para este tipo de agricultor, decorre muita mais das pressões e mobilizações, feitas por inúmeras entidades e vários movimentos sociais, do que de uma ação deliberada para corrigir distorções históricas.

As mobilizações dos agricultores excluídos, com o processo de modernização da agricultura brasileira, tomou força durante a década passada. Estas mobilizações, além de reivindicarem o acesso a terra, exigem um conjunto de medidas que possibilitem o desenvolvimento satisfatório dos agricultores na atividade. Como resultado da ação organizada de vários movimentos sociais rurais, destacando-se entre eles, o Movimento Sem Terra, observou-se um crescente número de agricultores familiares localizados em áreas denominadas de assentamentos.

Os assentamentos constituem locais diferenciados, neles se estabelecem uma série de relações muito particulares, em função do próprio processo de sua constituição. A implantação de programas e projetos de desenvolvimento rural no que se refere as áreas de assentamentos de reforma agrária, imprime uma dinâmica bastante diferente entre os agricultores assentados daquela que se observa nos grupos de agricultores familiares tradicionais. Neste caso, as relações construídas com diversas entidades e órgãos governamentais e não

¹ Engenheiro Agrônomo, mestrando no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria.

governamentais permitem uma relativa autonomia ou respeito a dinâmica própria das famílias envolvidas. Deste modo, para os agricultores familiares que não estão localizados em áreas de assentamento, a utilização do espaço, da mão-de-obra, da capacidade produtiva e instrumental sofrem poucas interferências, quando comparado com os agricultores assentados.

A particularidade dos agricultores assentados, muitas vezes, parece não ser percebida ou levada em consideração por aqueles que trabalham prestando assistência técnica e assessoria nestas áreas. Extrapolando, pode-se dizer que até as políticas destinadas a esses grupos padecem de um melhor conhecimento sobre sua dinâmica.

O tratamento dado pelos técnicos as distintas formas de organização da produção dos agricultores assentados é o objeto de reflexão do presente trabalho. O que se constatou, no estudo de caso realizado num assentamento do Município de Hulha Negra – RS, é que existe a necessidade do aprimoramento de abordagens metodológicas que propicie uma melhor compreensão das complexas relações estabelecidas no contexto onde se insere o mesmo e como elas interferem nas escolhas dos agricultores por esta ou aquela forma de organizar a produção. Uma ação mais pautada nesta compreensão, provavelmente, possibilitará menos atritos, permitindo uma melhor desempenho e desenvolvimento de ambos atores, tantos técnicos e principalmente os agricultores assentados.